

CPI espera ação da Justiça

Já está nas mãos do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o relatório final da CPI das Mensalidades Escolares da Câmara Legislativa. Segundo o presidente da Comissão, deputado Agnelo Queiróz, o ministro se comprometeu com a CPI a criar medida provisória para corrigir as distorções da atual legislação sobre mensalidade escolar. "A CPI investigou e constatou inúmeras irregularidades nos aumentos das mensalidades escolares. Agora só estamos esperando a ação da Justiça para impedir que as escolas cometam os mesmos erros neste ano letivo".

Segundo o deputado, o relatório comprova aumentos reais nas mensalidades de até 37 por cento. "A Justiça precisa agir com rapidez, porque está impossível manter um filho em escola particular. É preciso mudar a lei 8.170/91". Durante quatro meses a CPI ouviu pais e alunos e donos de escolas, o que rendeu 122 páginas de relatório.

A orientação, segundo o deputado, para os pais que se sentirem lesados com o aumento das mensalidades, é dirigirem-se ao Procon munidos de carnê e contrato. "Depois deve-se fazer a denúncia no Conselho Federal de Educação e na Secretaria Nacional de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça. Se puder ir com outros pais, é melhor ainda", diz.

Artes Cênicas — A partir deste ano, as escolas de ensino de 2º Grau da Fundação Educacional terão dois novos cursos profissionalizantes — Ator Teatral e Técnico em Espetáculos de Diversões. A lei, de autoria do deputado Agnelo Queiróz, foi sancionada pelo governador Joaquim Roriz em 22 de novembro do ano passado. E trata-se de uma reivindicação do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do DF.